

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES
(CHOBM) DOS QUADROS DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES DE SAÚDE E COMPLEMENTAR DO CORPO DE
BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

NÍVEL SUPERIOR

601 – QOBM/COMPLEMENTAR – ASPIRANTE/COMPLEMENTAR – DIREITO
TIPO A

Frase: Avance com confiança e conquiste.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **85 (oitenta e cinco)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- O candidato somente poderá retirar-se da sala de provas levando o caderno de prova no decurso dos últimos 15 (quinze) minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 8.

Conto de Fadas do Século XXI

Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda, independente e cheia de autoestima.

Ela se deparou com uma rã enquanto contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo era relaxante e ecológico...

Então, a rã pulou para o seu colo e disse: linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito.

Uma bruxa má lançou-me um encanto e transformei-me nesta rã asquerosa.

Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo.

Logo, tua mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavar as minhas roupas, criar os nossos filhos e seríamos felizes para sempre...

Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã sauté, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de um finíssimo vinho branco, a princesa sorria, pensando consigo mesma:

- Eu, hein? Nem morta!

Luís Fernando Veríssimo.

1. Para conseguir o propósito comunicativo pretendido, o autor utiliza primordialmente recursos como:

- (A) alegoria e prólogo.
- (B) provérbio e fábula.
- (C) prosa poética e personificação.
- (D) retextualização e intertextualidade.

2. Atente-se aos trechos demarcados, em I e em II, para assinalar a alternativa correta a seguir.

- I. “Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda, independente e cheia de autoestima.”
- II. “Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã sauté [...]”

- (A) Em I e em II, há adjunto adnominal.
- (B) Em I e em II, há complemento nominal.
- (C) Em I, há complemento nominal; em II, adjunto adnominal.
- (D) Em I, há adjunto adnominal; em II, complemento nominal.

3. “Então, a rã pulou para o seu colo e disse: linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito.”

O conector ressaltado, responsável por parte da progressão temática do texto, exemplifica um tipo de coesão:

- (A) sequencial frástica.
- (B) sequencial parafrástica.
- (C) referencial por uso de uma pró-forma.
- (D) referencial por uso de uma forma lexical.

4. “[...] uma princesa linda, independente e cheia de autoestima.”

Em analogia à autoestima, há, da mesma forma, um vocábulo formado corretamente, sem auxílio de hifenização, destacado na alternativa:

- (A) Os juízes resolveram abrogar o decreto.
- (B) Creio no mundo como num malmequer.
- (C) Os primeiros portarretratos surgiram no século XIX.
- (D) As microondas são ondas eletromagnéticas não ionizantes.

5. A partir de uma análise morfossintática dos termos 1 e 2, aponte o item correto dentre as alternativas que seguem.

- “Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda¹ [...]”
- “[...] linda² princesa, eu já fui um príncipe muito bonito.”

- (A) 1 é adjetivo e tem função sintática de predicativo do sujeito.
- (B) 1 é substantivo e tem função sintática de adjunto adnominal.
- (C) 2 é adjetivo e é parte de uma estrutura vocativa.
- (D) 2 é substantivo e tem função sintática de aposto.

6. Tendo por base os mecanismos de coesão textual, há um pronome dêitico ressaltado em:

- (A) “A tua mãe poderia vir morar conosco [...]”
- (B) “Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo [...]”
- (C) “Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã sauté [...]”
- (D) “[...] o maravilhoso lago do seu castelo era relaxante e ecológico...”

7. “[...] tua mãe **poderia** vir morar conosco [...]”

Sobre o tempo verbal realçado, é correto afirmar que expressa:

- (A) uma condição hipotética para algo acontecer.
- (B) uma ação que acontecerá posteriormente ao momento da fala.
- (C) uma ação passada e anterior a outra ação também no passado.
- (D) uma ação que ocorreria no futuro em relação a um momento passado.

8. “**Logo**, tua mãe poderia vir morar conosco [...]”

O termo ressaltado pode ser substituído, sem prejuízo ao seu valor semântico contextual, pelo vocábulo em:

- (A) destarte.
- (B) dessarte.
- (C) porquanto.
- (D) conquanto.

• **Texto para as questões 9 e 10.**

O trabalho remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnadas. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf.
Acesso em: 7 set. 2025.

9. Para alcançar sua intencionalidade discursiva, o autor do texto empregou uma linguagem:

- (A) conotativa, em que há a predominância do relato de caso e da exposição, de modo a apresentar uma temática de relevância social, por meio de juízo de fato.
- (B) conativa, em que há a predominância da argumentação e da exposição, de modo a apresentar uma temática de relevância social, por meio de marcas injuntivas.
- (C) denotativa, em que há a predominância da narração e da exposição, de modo a apresentar uma temática de relevância social, por meio da polifonia enredativa relevante.
- (D) referencial, em que há a predominância da dissertação e da exposição, de modo a apresentar uma temática de relevância social, por meio de elementos factuais e de juízo de valor.

10. As orações iniciadas pelos termos destacados, no excerto que segue, são respectivamente:

“[...] especialmente por aquelas **que** pertencem a grupos **que**, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito.”

- (A) adjetiva e adjetiva.
- (B) adverbial e adverbial.
- (C) substantiva e adjetiva.
- (D) adjetiva e substantiva.

Língua Inglesa

11. In the fragment of the music by the Beatles *Here comes the sun* “Here comes the sun / And I say, ‘It’s all right’”, and considering the poetic sense, the word “sun” means:

- (A) bad dreams.
- (B) war.
- (C) good times.
- (D) good weather.

12. In Camões’ famous verses, the line “Love is a fire that burns unseen” describes love as:

- (A) blind.
- (B) loyal.
- (C) friendly.
- (D) wise.

13. In the verses “Shall I compare thee to a summer’s day? / Thou art more lovely and more temperate”, Shakespeare describes love as:

- (A) the beauty of calm days filled with surprising good events that astonish everyone.
- (B) the fleeting beauty of summer, concluding that the beloved’s beauty is superior and will be immortalized through poetry.
- (C) the beauty of winter, with the romance of a romantic encounter in a beautiful garden on the summer or autumn.
- (D) the ordinary beauty that all relationships have, without any surprise or novelty and opposite facts of true love.

14. In the sentence “It is a terrible thing to be happy, because you are a prisoner”, the meaning we perceive is one:

- (A) metaphor.
- (B) ambiguity.
- (C) irony.
- (D) paradox.

15. Mark the correct alternative in which there is irony.

- (A) The sun was shining brightly, announcing a perfect day for a family picnic.
- (B) After breaking three glasses, dropping the cake, and forgetting the gift, he was called “the most elegant guest at the party”.
- (C) The teacher explained the lesson patiently, and all the students understood it easily.
- (D) The dog ran happily through the park, playing with the children and jumping in the dry leaves.

16. Read the options and mark the one that presents an antonym of hope.

- (A) His voice trembled with despair as he spoke about the future.
- (B) They remained confident that everything would work out.
- (C) We dreamed of better days and held on to our faith.
- (D) The team was filled with optimism before the final match.

17. The excerpt in which an idea of countable quantity appears is:

- (A) She gave me some advice before the interview.
- (B) There was a lot of water on the floor after the storm.
- (C) I need three chairs for the meeting.
- (D) They offered us some information about the project.

18. Analyze the alternatives and mark the option in which there is a sentence that appropriately completes the phrase “All the dreams that come true...”

- (A) happen by chance, without effort or dedication.
- (B) are forgotten over time, as they lose their value.
- (C) don’t matter, because what really matters is dreaming.
- (D) begin with an idea and come true through action.

19. Mark the alternative in which the highlighted word has the meaning of a collective noun.

- (A) The *individual* expressed his concerns with remarkable clarity.
- (B) The *device* malfunctioned due to a software incompatibility.
- (C) The *flock* of birds flew over the lake.
- (D) The *concept* was too abstract for the audience to grasp immediately.

20. In the sentence “Shall I compare thee to a summer’s day? / Thou art more lovely and more temperate: / Rough winds do shake the darling buds of May, / And summer’s lease hath all too short a date”, the words that qualify other words are:

- (A) Compare, shake, hath.
- (B) Lovely, temperate, rough, darling, short.
- (C) Lease, buds, day, winds.
- (D) Art, do, shall.

Noções de Informática

21. Um professor em uma aula de informática básica demonstra para os alunos como localizar arquivos salvos automaticamente pelo sistema Windows ao usar programas como o Bloco de Notas ou o WordPad. Ele explica que, por padrão, esses arquivos são armazenados em uma pasta associada ao usuário que está logado. O caminho típico dessa pasta no sistema é:

- (A) C:\Arquivos\Meus Documentos
- (B) C:\Windows\Arquivos\Documentos
- (C) C:\Program Files\Documentos
- (D) C:\Users\NomeDoUsuario\Documents

22. Um agricultor registra mensalmente a produção de milho, feijão e arroz em uma planilha do Microsoft Office. Ele precisa somar automaticamente os valores da coluna B, que contém as quantidades colhidas em quilos, desde a linha 2 até a linha 10. Assinale o comando que deve ser inserido na célula B11 para obter esse resultado.

- (A) =SOMA(B2:B10)
- (B) =SOMAR(B2-B10)
- (C) =TOTAL(B2:B10)
- (D) =CALCULAR(B2:B10)

23. Um vigilante em um condomínio recebe orientação para acessar, pelo navegador de um computador com sistema Windows, o site oficial da prefeitura de sua cidade a fim de imprimir um boleto. O endereço correto que deve digitar na barra de endereços do navegador para acessar esse site é:

- (A) \\prefeitura.sp.gov.br
- (B) https://www.prefeitura.sp.gov.br
- (C) ftp://prefeitura.sp.gov.br
- (D) c:\www.prefeitura.sp.gov.br

24. Um aposentado envia uma mensagem por correio eletrônico informando a alteração de seu endereço de entrega de boletos. Ele inclui no campo destinatário o endereço principal do banco e, nos demais destinatários, os e-mails dos filhos, sem que cada um deles veja os demais. Para isso, ele insere os e-mails dos filhos no campo apropriado do programa de e-mail. Indique o campo usado nessa situação.

- (A) Anexo
- (B) Cco
- (C) Assunto
- (D) Cc

25. Um estudante precisa encontrar informações confiáveis sobre a Mata Atlântica para um trabalho escolar. Ele acessa um sítio de busca na Internet e digita palavras-chave para obter resultados de sites governamentais brasileiros. Para restringir a pesquisa apenas a esse tipo de sítio, ele inclui no final da busca um comando específico. O formato correto da pesquisa é:

- (A) Mata Atlântica site:.gov.br
- (B) Mata Atlântica em site.gov
- (C) buscar: Mata Atlântica em .gov.br
- (D) Mata Atlântica link:.gov.br

26. Um analista administrativo configura pastas compartilhadas em um computador com sistema Windows e precisa garantir que determinados arquivos não sejam alterados por outros usuários, mas ainda possam ser abertos. Para isso, ele altera um atributo específico desses arquivos. O atributo que deve ser habilitado para atingir esse objetivo é:

- (A) Oculto.
- (B) Arquivo.
- (C) Somente leitura.
- (D) Sistema.

27. Um bibliotecário recebe um arquivo chamado *documento_scan.pdf.exe*. Após abrir o arquivo, vários documentos em seu computador passam a não abrir corretamente, apresentando mensagens de erro de corrupção, mesmo sem terem sido modificados pelo usuário. Mais tarde, aparece uma mensagem exigindo pagamento para recuperar os arquivos. Assinale o tipo de praga virtual mais provável responsável por esse comportamento.

- (A) Vírus.
- (B) Worm.
- (C) Ransomware.
- (D) Phishing.

28. Um técnico em informática configura um computador conectado à internet em uma repartição pública e ativa um aplicativo que controla quais programas podem enviar ou receber dados pela rede, bloqueando conexões não autorizadas. O tipo de ferramenta utilizada nessa situação é conhecido como:

- (A) Antivírus.
- (B) Firewall.
- (C) Antispyware.
- (D) Antispam.

29. Um administrador de redes configura um plano de backup em um órgão público com o seguinte cronograma:

- Segunda-feira: cópia de todos os arquivos modificados desde o último backup completo.
- Terça-feira: cópia de todos os arquivos modificados desde o último backup completo.
- Quarta-feira: cópia de todos os arquivos modificados desde o último backup.
- Quinta-feira: cópia de todos os arquivos do sistema.
- Sexta-feira: cópia de todos os arquivos modificados desde o último backup completo.

O tipo de backup realizado na quarta-feira é classificado como:

- (A) Diferencial.
- (B) Completo.
- (C) Espelho.
- (D) Incremental.

30. Um técnico em segurança da informação avalia senhas propostas por funcionários para uso em um sistema interno. Todas as opções abaixo atendem aos requisitos mínimos: 8 caracteres, letras maiúsculas, minúsculas, números e símbolos. A senha que, apesar de tecnicamente forte, representa o maior risco de ser quebrada por ataque de dicionário ou de força bruta otimizada é:

- (A) Senha@123
- (B) K7#mP9wQx
- (C) L@b4#2024
- (D) Xy!9pLm&n

Noções de Agenda Ambiental

31. Visando estabelecer os “princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos”, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, estabelece que gases de efeito estufa são: “constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha”.

Neste contexto, assinale a alternativa que corretamente denomina o entendimento sobre o “processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa”.

- (A) Vulnerabilidade.
- (B) Mitigação.
- (C) Fonte.
- (D) Impacto.

32. A Política Nacional de Mudanças no Clima, dentre outros, considera que “todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático”.

Especificamente, no âmbito da Lei nº 12, de 29 de dezembro de 2009, marque a opção que corretamente indica uma das suas diretrizes, estabelecidas no artigo 5º.

- (A) A preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como Patrimônio Nacional.
- (B) A consolidação e expansão das áreas legalmente protegidas e o incentivo aos reflorestamentos e a recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas.
- (C) A identificação, e sua articulação com a Política, de instrumentos de ação governamental aptos a contribuir para proteger o sistema climático.
- (D) A implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação dos agentes econômicos e sociais, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

33. A Política Nacional de Mudanças no Clima (PNMC) apresenta o seguinte entendimento sobre efeitos adversos da mudança do clima: “mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos”.

Especificamente no âmbito normativo que institui a PNMC, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, é correto afirmar que esta política visará:

- (A) À preservação, à conservação e à recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como Patrimônio Nacional.
- (B) À promoção da disseminação de informações, à educação, à capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima.
- (C) Ao apoio e ao fomento às atividades que efetivamente reduzam as emissões ou promovam as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa.
- (D) Ao desenvolvimento sustentável como condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional.

34. Segundo a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), “os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos desta Política Nacional sobre Mudança do Clima”, como previsto na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Neste âmbito, aponte a opção que indica um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

- (A) As estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional.
- (B) As medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.
- (C) A utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima.
- (D) As dotações específicas para ações em mudança do clima no orçamento da União.

35. A respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, assinale a alternativa que corretamente indica um de seus objetivos.

- (A) Responsabilização compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (B) Implementação dos princípios poluidor-pagador e o protetor-recebedor nos programas e nas ações governamentais.
- (C) Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.
- (D) Incorporação de padrões de qualidade ambiental na gestão integrada de resíduos e rejeitos sólidos.

36. Fica instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) “a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública”, bem como “o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

Excetuados os resíduos de mineração, assinale a alternativa que corretamente indica uma das áreas proibidas para destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, especificamente prevista no artigo 47.

- (A) Passíveis de catação.
- (B) De criação de animais.
- (C) Destinadas à piscicultura.
- (D) A céu aberto.

37. O “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” é um dos objetivos dispostos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, regidos pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, assinale a alternativa que corretamente indica a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

- (A) Tratamento, redução, reutilização, reciclagem, disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e não geração de resíduos sólidos.
- (B) Não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (C) Redução, reciclagem, reutilização, disposição final ambientalmente adequada, tratamento e não geração dos resíduos sólidos.
- (D) Reciclagem, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, não geração e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

38. A Lei do Distrito Federal nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, “Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços”, estabelecendo que “os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental.”

No âmbito, no que for aplicável, da sustentabilidade ambiental, marque a opção que corretamente está contida em relação ao fabricante, ao produto ou ao consumidor.

- (A) A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica.
- (B) A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública.
- (C) A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.
- (D) A aquisição de bens e serviços de fácil manutenção e operacionalização e com baixo consumo de água e energia.

39. A Lei do Distrito Federal nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, no tocante à comprovação dos critérios relativos à aquisição de bens, quando couber, “pode ser feita por meio de apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”

Especificamente no âmbito da aquisição de bens (Capítulo III), as especificações e as demais exigências para a aquisição de bens devem levar em consideração especialmente os bens que:

- (A) Ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- (B) Reduzam o consumo de água e energia.
- (C) Reduzam ou eliminem a emissão de ruídos.
- (D) Eliminem o desperdício de materiais e energia utilizados.

40. Com a “finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público”, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), instituída pela Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, está estruturada em seis eixos temáticos: I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos; II - gestão adequada dos resíduos gerados; III - qualidade de vida no ambiente de trabalho; IV - sensibilização e capacitação dos servidores; V - contratações públicas sustentáveis; e, VI - construções sustentáveis.

Neste âmbito, identifique o item que corretamente dispõe um dos objetivos do Programa A3P.

- (A) Atestar o respeito ao meio ambiente.
- (B) Capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental.
- (C) Assegurar o respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- (D) Fortalecer a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Distrito Federal e Políticas para Mulheres

41. A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), nos termos da Lei Complementar nº 94/1998, buscou atender a demandas específicas de planejamento e articulação administrativa. Considerando esse objetivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A RIDE foi instituída por iniciativa do Poder Legislativo municipal, cabendo ao Congresso Nacional, de forma exclusiva, definir sua composição e coordenar as ações de integração.
- (B) A RIDE surgiu como instrumento autônomo de gestão municipal, permitindo que cada município integrante administre de maneira isolada suas políticas de desenvolvimento regional.
- (C) A criação da RIDE foi autorizada em lei complementar, cabendo ao Poder Executivo instituí-la para articular a ação administrativa da União, do Distrito Federal e dos Estados envolvidos.
- (D) A RIDE é resultado de iniciativa privada voltada ao fortalecimento econômico da região do entorno, com posterior reconhecimento pelo Poder Público.

42. O Plano Distrital de Políticas para Mulheres estabelece medidas para ampliar a presença feminina em setores como cultura, esporte, lazer, comunicação e mídia. Considerando seus objetivos e diretrizes, marque o item correto.

- (A) Combater estereótipos de gênero em campanhas publicitárias, incentivando o protagonismo feminino nos meios de comunicação.
- (B) Determinar que a participação das mulheres em atividades culturais ocorra apenas mediante programas específicos de assistência social.
- (C) Permitir a presença das mulheres em modalidades esportivas somente quando vinculadas a projetos educacionais de caráter temporário.
- (D) Restringir o acesso das mulheres a vagas em eventos esportivos e culturais, priorizando a participação masculina como forma de equilíbrio.

43. A Estação Ecológica de Águas Emendadas constitui uma importante unidade de conservação do Distrito Federal, caracterizada por peculiaridades geográficas e ambientais que a tornam singular no território nacional. Considerando as informações sobre a Estação Ecológica de Águas Emendadas abaixo, assinale a alternativa correta.

- (A) A Estação Ecológica foi criada em 1988 pelo Decreto nº 11.137, sendo estabelecida diretamente como Estação Ecológica sem passar por outras categorias de unidade de conservação anteriormente.
- (B) O fenômeno das águas emendadas corresponde à união das bacias hidrográficas do Tocantins/Araguaia e Platina, ocorrendo em uma vereda de 6 km de extensão onde nascem afluentes que drenam para esses dois sistemas hidrográficos.
- (C) A Lagoa Bonita localiza-se fora dos limites da Estação Ecológica, constituindo uma área de preservação independente que complementa a proteção da fauna ameaçada de extinção da região.
- (D) A área da Estação apresenta vegetação de Mata Atlântica preservada, abrigando espécies como anta, suçuarana e lobo-guará em um ambiente totalmente isolado de ocupações urbanas e atividades rurais.

44. O Plano Distrital de Políticas para as Mulheres buscou consolidar ações para enfrentar as desigualdades de gênero no Distrito Federal. Nesse processo, além de definir metas e ações estratégicas, o Plano destacou outro aspecto essencial para a construção de políticas públicas eficazes. Com base nesse contexto, o referido Plano:

- (A) estabeleceu que a formulação de políticas públicas seria responsabilidade exclusiva do Governo do Distrito Federal, sem a participação de outros atores sociais.
- (B) reconheceu a importância da parceria entre a sociedade civil e o Governo do Distrito Federal na elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres, abrangendo diferentes áreas de atuação.
- (C) priorizou a criação de metas voltadas exclusivamente para o mercado de trabalho feminino, sem contemplar outras áreas de atuação das políticas públicas.
- (D) concentrou-se unicamente na elaboração de campanhas educativas sobre igualdade de gênero, sem definir metas ou ações estratégicas concretas.

45. A Lei Complementar nº 94/1998 autorizou a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e instituiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. De acordo com a referida lei, esse programa tem como finalidade estabelecer, mediante convênio, normas e critérios de unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangendo tanto os de competência federal quanto os de responsabilidade dos entes federados participantes. Dentre os aspectos que podem ser abrangidos por esse programa, inclui-se:

- (A) a criação de subsídios permanentes somente para serviços de saúde e educação.
- (B) a uniformização de remuneração de servidores públicos da RIDE.
- (C) a construção obrigatória de unidades habitacionais para servidores federais.
- (D) a concessão de linhas de crédito especiais e de incentivos fiscais temporários para geração de empregos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação

46. Tendo em vista as disposições presentes na Lei Federal nº 7.479/1986, que dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros Militares e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em especial acerca do ingresso no Corpo de Bombeiros, é correto afirmar que:

- (A) O ingresso no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as condições prescritas em Estatuto, em leis e em regulamentos da Corporação.
- (B) Para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino bombeiro militar, é dispensada a apresentação de diploma de conclusão de ensino superior, conforme o edital de concurso.
- (C) A idade mínima para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino bombeiro militar é de 20 (vinte) anos.
- (D) Ato do Prefeito Municipal regulamentará as normas para matrícula nos estabelecimentos de ensino do Corpo de Bombeiro Militar, mediante proposta de seu Comandante-Geral, observando-se as exigências profissionais da atividade e da carreira bombeiro militar.

47. Em se tratando da remuneração dos bombeiros militares, à luz do que nos leciona a Lei nº 7.479/1986, é correto afirmar que:

- (A) O soldo é irredutível, todavia está sujeito à penhora, sequestro ou arresto, exceto nos casos previstos em lei.
- (B) O valor do soldo é diferente para o bombeiro-militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado, de um mesmo grau hierárquico.
- (C) A remuneração dos Bombeiros Militares do Distrito Federal na ativa compreende o soldo, os adicionais e as gratificações.
- (D) É proibido acumular remuneração de inatividade aos bombeiros-militares da reserva remunerada e aos reformados quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto à função de magistério ou de cargo em comissão, ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

48. Em se tratando das disposições presentes na Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993, assinale a alternativa que indique corretamente um dos valores fundamentais do Distrito Federal.

- (A) A preservação de sua autonomia como unidade federativa.
- (B) Garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos dos cidadãos.
- (C) Assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos internos.
- (D) Preservar os interesses gerais e coletivos metaindividuais.

49. Tendo por base as disposições trazidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa que indique corretamente uma das competências privativas do Distrito Federal.

- (A) Zelar pela guarda da Constituição Federal, da Lei Orgânica, das leis e das instituições democráticas internas.
- (B) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (C) Conservar o patrimônio público histórico.
- (D) Proteger documentos e outros bens de valor histórico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos, hídricos, bem como impedir sua evasão, destruição e descaracterização.

50. Tendo em vista as disposições presentes na Lei nº 8.255/1991, em especial sobre a composição do Alto Comando, é correto afirmar que o cargo de Vice-Presidente é ocupado por:

- (A) Chefe do Estado Maior-Geral.
- (B) Controlador.
- (C) Chefe do Gabinete do Comandante-Geral.
- (D) Subcomandante-Geral.

51. Em se tratando das disposições presentes na Lei nº 8.255/1991, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em especial sobre o Comandante-Geral, é correto afirmar que:

- (A) O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal será um coronel da reserva do Quadro de Oficiais BM Combatentes da própria Corporação.
- (B) O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é o responsável pela administração, comando e emprego da corporação.
- (C) Sempre que a escolha não recair no Coronel BM mais antigo da corporação, o escolhido não terá precedência funcional sobre os demais oficiais BM.
- (D) O provimento do cargo de Comandante-Geral será feito mediante ato do Presidente da República, observada a formação profissional do oficial para o exercício do comando.

52. Tendo em vista as disposições presentes na Lei nº 12.086/2009, em especial sobre os critérios de promoção, é correto afirmar que:

- (A) Promoção por merecimento é aquela que resulta de ato não comum de coragem e audácia, ainda que no cumprimento do dever, que represente feito relevante à operação bombeiro militar e à sociedade, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo dele emanado, podendo ocorrer a qualquer tempo, independentemente da existência de vaga e com efeitos retroativos à data da ocorrência do aludido ato.
- (B) Promoção por ato de bravura é aquela que se baseia na ordem de classificação obtida ao final dos cursos iniciais de cada Quadro.
- (C) Promoção por antiguidade é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar sobre os demais de igual grau hierárquico, dentro do mesmo Quadro.
- (D) A promoção *post mortem* resultará em ocupação de vaga suplementar.

53. Sobre a missão institucional do corpo de bombeiros, baseado no que nos leciona o Decreto Federal nº 7.163/2010, é possível afirmar que compete ao Comando Geral:

- (A) Representar a Corporação perante órgãos e entidades, públicas e privadas, e a sociedade.
- (B) Planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades da Corporação.
- (C) Praticar os atos administrativos necessários ao funcionamento da Corporação.
- (D) Auxiliar o Comandante-Geral na elaboração e no cumprimento de seu plano de comando.

54. A respeito do subcomando-geral, à luz do que nos disciplina o Decreto Federal nº 7.163/2010, é correto afirmar que:

- (A) O Subcomando-Geral é responsável, perante o Comandante-Geral, pela coordenação, fiscalização e controle das rotinas administrativas da Corporação, determinando aos demais órgãos de direção geral e setorial e de apoio e execução o cumprimento de suas atribuições.
- (B) O Departamento de Recursos Humanos não é subordinado ao Subcomando-Geral.
- (C) Compete ao Subcomandante-Geral promover a incorporação dos candidatos aprovados nos concursos públicos para os diversos Quadros ou Qualificações existentes na Corporação.
- (D) É vedado ao Subcomandante-Geral executar o planejamento aprovado pelo Comandante-Geral no tocante à competência dos órgãos que lhe são subordinados.

55. Acerca das disposições previstas no Decreto GDF nº 31.817/2010, que regulamenta o inciso II, do artigo 10-B, da Lei nº 8.255/1991, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, assinale a alternativa que indique corretamente os órgãos subordinados ao Comandante-Geral.

- (A) Academia de Bombeiro Militar e Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina.
- (B) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Centro de Treinamento Operacional.
- (C) Centro de Orientação e Supervisão do Ensino Assistencial.
- (D) Centro de Comunicação Social e Centro de Inteligência.

56. Em se tratando do Centro de Comunicação Social, à luz do que nos leciona o Decreto GDF nº 31.817/2010, assinale a alternativa que indique corretamente uma de suas competências.

- (A) Realizar a análise de situações de interesse institucional, proporcionando diagnósticos e prognósticos, visando subsidiar o Comando-Geral e, eventualmente, outros órgãos de Inteligência.
- (B) Planejar e coordenar a realização das solenidades de interesse institucional.
- (C) Subsidiar o planejamento estratégico da Corporação com a produção de conhecimentos específicos.
- (D) Subsidiar as atividades preventivas e operacionais por intermédio da produção de conhecimentos e de ações específicas.

57. Em se tratando das disposições presentes na Lei Federal nº 12.086/2009, no que se refere às condições básicas para habilitação do militar de carreira na promoção ao posto ou graduação superior, este deverá possuir aproveitamento do teste de aptidão física da corporação de no mínimo:

- (A) 75%.
- (B) 90%.
- (C) 70%.
- (D) 80%.

58. Quanto às disposições presentes na Lei nº 14.751/2023, que trata sobre a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa que indique corretamente a ordem hierárquica dos oficiais superiores.

- (A) Brigadeiro, Coronel, tenente-coronel e major.
- (B) Capitão, primeiro-tenente, segundo tenente e aspirante a oficial.
- (C) Coronel, tenente-coronel e major.
- (D) Coronel, capitão e major.

59. Sobre as disposições inerentes ao Corpo de Bombeiros Militar previstas na Lei nº 14.751/2023, assinale a alternativa que indique corretamente uma de suas garantias.

- (A) Uso privativo dos uniformes, das insígnias e dos distintivos das respectivas instituições, vedada a utilização por qualquer entidade pública ou privada.
- (B) Proibição do desconto em folha das contribuições das respectivas entidades associativas de classe, bem como de consignações em folha das entidades e das cooperativas das quais seja associado.
- (C) Tempo mínimo de 3 (três) anos de permanência na unidade militar, sendo vedada a transferência a pedido ou compulsória prevista na legislação.
- (D) Estabilidade dos militares de carreira após 06 (seis) meses de efetivo serviço nas corporações militares.

60. No que se refere às disposições presentes na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa que indique corretamente um dos direitos do administrado.

- (A) Expor os fatos conforme a verdade.
- (B) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (C) Não agir de modo temerário.
- (D) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

61. A respeito do tema “competências”, à luz do que nos leciona a Lei nº 9.784/1999, é possível afirmar que:

- (A) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (B) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (C) O ato de delegação e sua revogação dispensam a publicação em meio oficial.
- (D) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.

62. Tendo em vista as disposições presentes na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), é correto afirmar que o princípio da necessidade corresponde à:

- (A) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
- (B) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
- (C) Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- (D) Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

63. Sobre os mandamentos da Lei nº 13.709/2018, especialmente acerca dos requisitos para o tratamento de dados pessoais, assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado independentemente do fornecimento de consentimento pelo titular.
- (B) A eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas na Lei nº 13.709/2018, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- (C) O consentimento pelo titular dos dados pessoais deverá ser fornecido por via oral, a fim de constatar a manifestação de vontade do titular.
- (D) O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

64. Tendo em vista as razões presentes na Lei nº 4.949/2012, é possível afirmar que as disposições presentes nesta Lei aplicam-se à(s):

- (A) Empresa pública que tenha capital aberto na bolsa de valores.
- (B) Estatais que recebam recursos do tesouro.
- (C) Empresa privada que tenha recebido qualquer tipo de incentivo fiscal do Distrito Federal.
- (D) Empresa de economia mista que atue exclusivamente no setor público.

65. De acordo com o Art. 31 da Lei nº 4.949/2012, a pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público é responsável pelo sigilo das provas e responde:

- (A) Apenas administrativamente, caso haja violação do sigilo das provas.
- (B) Apenas civilmente, caso haja violação do sigilo das provas.
- (C) Administrativa e civilmente por atos ou omissões que violem o sigilo das provas.
- (D) Apenas por atos dolosos que violem o sigilo das provas, respondendo civilmente por atos ou omissões.

Conhecimento Específico do Cargo

66. Tomando por base a redação vigente da Lei Federal nº 8225/91, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dá outras providências, assinalamos corretamente apenas o contido em:

- (A) Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são classificados segundo a natureza dos serviços que prestam ou as peculiaridades do emprego, dentre os quais destacamos a Unidade de Aviação Operacional e a Unidade de Proteção Ambiental.
- (B) As Policlínicas têm a seu cargo, dentro de determinada área de atuação operacional, as missões de emergências médicas voltadas para o atendimento pré-hospitalar e socorros de urgência, nos casos de sinistro, inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, bem como outras que se fizerem necessárias à preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- (C) As Unidades de Proteção Civil constituem os órgãos de apoio, incumbidos de fornecer suporte ao Comando Geral, com vistas ao atingimento das políticas traçadas pelo Comandante-Geral e ao cumprimento das missões da corporação.
- (D) A Controladoria é o órgão de assessoramento direto e imediato ao Comandante-Geral quanto à responsabilidade pelo planejamento e coordenação da realização periódica de concursos públicos de provas ou de provas e títulos, para seleção dos candidatos a matrícula nos cursos de formação requeridos para ingresso nas Carreiras do quadro de pessoal da Corporação.

67. Considerando o previsto apenas no Decreto Distrital nº 44.162/23 (estabelece normas para controle da despesa no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, e dá outras providências), temos que a Unidade que implementar medida ou ato que resulte em criação ou aumento de despesa deve instruir processo administrativo que, de forma prévia e obrigatória, conste corretamente:

- (A) Plano de Cargos e Salários, Acordos Coletivos e outros atos de pessoal de empresas estatais dependentes; dentre outros.
- (B) Acesso ao IGESDF aos seguintes módulos do e-Contratos DF: cadastramento, administração, encerramento dos contratos e faturamento; dentre outros.
- (C) Declaração expressa do ordenador de despesas de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; dentre outros.
- (D) A prestação de contas mensal realizada pelo IGESDF à SEPLAD/DF, após a devida análise prévia, até o último dia útil do mês subsequente; dentre outros.

68. À luz da Lei Federal nº 7.479/86 (Estatuto do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal), a precedência entre os bombeiros-militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento, de modo que podemos assinalar corretamente apenas o contido em:

- (A) Em igualdade de posto ou graduação, os bombeiros-militares da inatividade têm precedência sobre os da atividade.
- (B) Na SSP-DF será organizado o registro de todos os oficiais e graduados, em atividade, cujos resumos constarão dos Almanques da Corporação.
- (C) Nos casos de nomeação coletiva, a hierarquia será definida em consequência da ordem alfabética dos nomes dos aprovados no concurso a que forem submetidos os candidatos ao Corpo de Bombeiros.
- (D) A antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data de assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou inclusão, salvo quando estiver expressamente fixada outra data.

69. Sabemos que o Decreto Distrital nº 3.170/76 regulamenta a Lei de Promoções dos Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. Considerando que o interstício para fins de ingresso em Quadro de Acesso, é o tempo mínimo de permanência em cada posto, nas condições corretamente apresentadas apenas em:

- (A) Capitão QOBM/Comb., Compl. e Saúde - 48 (quarenta e oito) meses; Capitão QOBM/Adm. e Especialista - 24 (vinte e quatro) meses; dentre outros.
- (B) Major QOBM/Comb., Compl. e Saúde - 24 (vinte e quatro) meses.
- (C) Aspirante-a-Oficial BM - 6 (seis) meses; Tenente Coronel QOBM/Comb. - 48 (quarenta e oito) meses.
- (D) 2º Tenente QOBM/Comb. e Complementar - 24 (vinte e quatro) meses; 2º Tenente QOBM/Adm. e Especialista - 24 (vinte e quatro) meses.

70. Vaticina a Lei Federal nº 7.960/1989, que caberá prisão temporária, preenchidos os requisitos legais, nos seguintes crimes:

- (A) homicídio qualificado; dentre outros enumerados no art. 1º da própria lei.
- (B) crimes contra a economia popular; dentre outros enumerados no art. 1º da própria lei.
- (C) estupro de vulnerável; dentre outros enumerados no art. 1º da própria lei.
- (D) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte; dentre outros enumerados no art. 1º da própria lei.

71. Aduz o Decreto-Lei Federal nº 1002/69, que a delegação do exercício de Polícia Judiciária Militar deve observar corretamente que:

- (A) as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e disciplina, as atribuições de PJM poderão ser delegadas a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo ilimitado.
- (B) quando o infrator for oficial general, será sempre comunicado o fato ao ministro e ao chefe de Estado-Maior competentes, obedecidos os trâmites regulamentares.
- (C) se a infração penal não for, evidentemente, de natureza militar, comunicar-se-á o fato à autoridade policial competente, apresentando-lhe o infrator.
- (D) não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

72. A partir das lições contidas no Código de Processo Penal Militar, o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. Quanto à formação do IPM, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (B) Determinar a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houve indébita apropriação.
- (C) Efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244.
- (D) Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.

73. A Aplicação da Lei Penal Militar nos é apresentada nos 28 artigos iniciais do Decreto-Lei Federal nº 1001/69 – Código Penal Militar, de modo que está correto apenas o que se afirma em:

- (A) O Código Penal Militar compreende as infrações dos regulamentos disciplinares.
- (B) Considera-se superior para fins de aplicação da lei penal militar o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
- (C) Os crimes militares em tempo de paz, assim definidos no Código Penal Militar, excluem os da mesma natureza definidos em outras leis, em qualquer circunstância.
- (D) Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, na iminência ou em situação de hostilidade ou diante de público civil que se manifeste hostil à atuação militar.

74. Conforme previsto no Código Penal Militar, são considerados crimes propriamente militares os reunidos apenas em:

- (A) Chantagem; Desafio para Duelo; Violência contra Militar de Serviço; Oposição à Ordem da Sentinela; dentre outros.
- (B) Retenção Indevida; Violência contra inferior hierárquico; Violação de Recato; Corrupção de Menores; dentre outros.
- (C) Hostilidade contra País Estrangeiro; Revolta; Assunção de Comando sem Ordem ou Autorização; Descumprimento de Missão; dentre outros.
- (D) Uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa; Injúria contra Superior; Extorsão Indireta; Genocídio; dentre outros.

75. Na forma do Decreto Distrital nº 44.330/23, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, quanto aos agentes que atuam no processo de contratação, podemos assinalar corretamente o que se afirma apenas em:

- (A) O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021.
- (B) A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no próprio Decreto.
- (C) Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão os representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no art. 23 ao art. 26, observados os requisitos estabelecidos no art. 12 do próprio Decreto.
- (D) Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, cinco membros que sejam servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.

76. Para fins de aplicação da Lei Federal nº 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil e altera as Leis Federais nºs. 8.429/92 e 9.790/99, ao instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros, chamamos corretamente de:

- (A) Chamamento Público.
- (B) Termo de Colaboração.
- (C) Termo de Fomento.
- (D) Acordo de Cooperação.

77. Conforme dispõe o Decreto-Lei Federal nº 2848/40 – Código Penal, ao condenado por crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A do próprio Código serão vedadas a sua nomeação, designação ou diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito em julgado da condenação até o efetivo cumprimento da pena, comando que integra corretamente o conceito de:

- (A) Requisitos do Livramento Condicional.
- (B) Condições de Reabilitação.
- (C) Incidentes de Execução da Pena.
- (D) Efeitos da Condenação.

78. Legalmente, assevera o Diploma Processual Civil pátrio que para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa. A partir da afirmação, podemos destacar corretamente o esposado apenas em:

- (A) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- (B) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- (C) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- (D) Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

79. Na forma estrita do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13105/15), se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, de modo que a revelia não produz o efeito mencionado apenas quando:

- (A) o litígio versar sobre direitos disponíveis; dentre outros enumerados no art. 345 do próprio CPC.
- (B) havendo pluralidade de réus, dois ou mais deles contestar a ação; dentre outros enumerados no art. 345 do próprio CPC.
- (C) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato; dentre outros enumerados no art. 345 do próprio CPC.
- (D) as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis, independentemente de prova constante dos autos; dentre outros enumerados no art. 345 do próprio CPC.

80. Balizado pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003), é assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas. Assim, à pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. Não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, esta será feita:

- (A) pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.
- (B) por junta nomeada para este fim depois de ouvida a autoridade policial competente.
- (C) pelo filho mais velho, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil.
- (D) pelo tutor, quando a pessoa idosa for interditada.

81. Nos termos do artigo 1.689 do Código Civil, compete aos pais, em conjunto, representarem e assistirem a seus filhos enquanto forem menores e não emancipados, bem como administrar seu patrimônio. São qualificados como administradores (poderes de gestão) e usufrutuários legais (no sentido de usar, possuir, fruir, receber os frutos). Sobre o assunto, queda-se correto apenas o asseverado em:

- (A) Não podem os pais alienar, ou gravar de ônus real os imóveis dos filhos, salvo por necessidade ou evidente interesse da prole, mediante prévia autorização do Ministério Público.
- (B) Sempre que no exercício do poder familiar colidir o interesse dos pais com o do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público o juiz lhe dará curador especial.
- (C) Os valores auferidos pelo filho maior de dezesseis anos, no exercício de atividade profissional e os bens com tais recursos adquiridos também estão sujeitos ao usufruto e administração dos pais.
- (D) Os pais devem decidir em comum as questões relativas aos filhos e a seus bens; havendo divergência, poderá qualquer deles recorrer ao Ministério Público para a solução necessária.

82. O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos da Lei Federal nº 8429/92, de modo que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, assunto sobre o qual podemos destacar, corretamente, apenas o contido em:

- (A) A indisponibilidade de bens só poderá ser decretada após a oitiva prévia do réu, fazendo jus ao contraditório prévio que puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.
- (B) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso em sentido estrito, nos termos da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).
- (C) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- (D) O pedido de indisponibilidade de bens apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias úteis.

83. Quanto à Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, temos que a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos, assunto que nos remete diretamente ao que corretamente se consigna apenas em:

- (A) O ato de delegação é irrevogável até que se finalize o período estipulado pela autoridade delegante.
- (B) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- (C) Não podem ser objeto de delegação as matérias de competência privativa do órgão ou autoridade.
- (D) Excepcionalmente, os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

84. Constitucionalmente, leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. A isso chamamos de competências comuns. Assim, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; dentre outros.
- (B) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; previdência social, proteção e defesa da saúde; dentre outros.
- (C) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; disposição de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, tudo da CF/88; dentre outros.
- (D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; dentre outros.

85. Versa a Carta Magna que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos no próprio texto constitucional. Considerando as lições sobre o tema, está correto afirmar que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:

- (A) Militares das Forças Armadas e das Forças Auxiliares Estaduais, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.
- (B) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta e autárquica, diminuição ou aumento de sua remuneração.
- (C) Organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal e dos territórios.
- (D) Organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A redação deverá conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo sobre tema formulado pela Banca Examinadora.

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I



O QUE SÃO DOENÇAS DETERMINADAS SOCIALMENTE (DDS)?

Afetam principalmente populações em condições de vulnerabilidade, influenciadas por fatores como pobreza, saneamento precário, falta de moradia adequada e desigualdades sociais.

Texto II

O QUE SÃO DOENÇAS SOCIALMENTE DETERMINADAS?

Em linhas gerais, doenças socialmente determinadas são aquelas cuja origem pode ser identificada pelas condições socioeconômicas de seus portadores. “Estudo tuberculose há 30 anos e é um momento histórico, de reconhecimento de que os determinantes sociais são tão ou mais importantes que os agentes infecciosos no surgimento e impacto na vida das pessoas. Quem conviveu com pessoas portadoras de tais doenças sabe a falta que faz um prato de comida ou um dinheiro pra chegar à unidade de saúde. Um inquérito mostrou que 48% das pessoas com tuberculose tiravam 20% de renda da família durante o processo de diagnóstico e tratamento. Pela primeira vez, também mostramos que a fome e outras condições de vida são as causas principais dessas doenças”, sintetizou Ethel Maciel, secretária de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Como se pode ver no site do Ministério da Saúde, o escopo das doenças a ser atacado se relaciona com as chamadas doenças tropicais negligenciadas. Trata-se, resumidamente, de doenças evitáveis e curáveis, mas que se propagam no tecido social em razão principalmente da estrutura de exclusão social que afasta seus portadores de diagnóstico e tratamento. Estima-se cerca de 60 mil mortes por tais doenças entre 2017 e 2021 no Brasil.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/>. Acesso em: 31 ago. 2025. Adaptado.

Texto III

BRASIL É O PRIMEIRO PAÍS A LANÇAR PROGRAMA PARA ELIMINAÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS SOCIALMENTE DETERMINADAS

Brasil Saudável, lançado nesta quarta (7) pelo Ministério da Saúde e mais 13 pastas, busca eliminar infecções e doenças como tuberculose, hanseníase, HIV/aids e malária, que acometem populações em vulnerabilidade social

O Brasil é o primeiro país do mundo a lançar uma política governamental para eliminar ou reduzir, como problemas de saúde pública, 14 doenças e infecções que acometem, de forma mais intensa, as populações em situação de maior vulnerabilidade social. Essa é a proposta do *Brasil Saudável*, programa do Governo Federal, lançado nesta quarta-feira (7), durante a recepção do diretor-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, ao Brasil. Com a iniciativa, o país estabelece um marco internacional, alinhado à OMS, às metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e à iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para a eliminação de doenças nas Américas.

Entre 2017 e 2021, as doenças determinadas socialmente foram responsáveis pela morte de mais de 60 mil pessoas no Brasil. A meta é que a maioria das doenças sejam eliminadas como problema de saúde pública: malária, doença de Chagas, tracoma, filariose linfática, esquistossomose, oncocercose, geo-helmintíase, além de cinco infecções de transmissão vertical (sífilis, hepatite B, doença de Chagas, HIV e HTLV). Também o cumprimento das metas da OMS para diagnóstico, tratamento e redução da transmissão da tuberculose, hanseníase, hepatites virais e HIV/aids.

O *Brasil Saudável* surgiu da criação do Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDDS), uma ação inédita que, desde a sua instituição, em abril de 2023, reforça o compromisso do governo brasileiro com o fim de doenças e infecções determinadas e perpetuadas pelos ciclos da pobreza, da fome e das desigualdades sociais no país. A instalação dessas medidas é parte da premissa que, garantir o acesso apenas ao tratamento em saúde, não é suficiente para atingir essas metas. É preciso propor políticas públicas intersetoriais que sejam voltadas para a equidade em saúde e para a redução das iniquidades, fator diretamente ligado às causas do problema.

(...)

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/brasil-e-o-primeiro-pais-a-lancar-programa-para-eliminacao-e-controle-de-doencas-socialmente-determinadas>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema “**Os desafios para o enfrentamento às doenças socialmente determinadas no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista, em, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	